

Sociedade Portuguesa Contemporânea 41056

Orientações para o estudo

Parte I. Teorias e epistemologia da análise das sociedades

O primeiro momento de estudo numa unidade curricular com o nome de “Sociedade Portuguesa Contemporânea” não pode deixar de debruçar-se sobre os conceitos de sociedade, identidade nacional e contemporaneidade. Discutir a identidade nacional como conceito genérico ou a identidade portuguesa em particular, necessariamente, tem de passar também por uma discussão das ideias de Estado-nação e nacionalidade, conceitos sem os quais não é possível compreender o significado sociológico e político da noção de sociedade nacional em geral.

Os textos disponibilizados para este efeito, da autoria de Benedict Anderson (2013) e Immanuel Wallerstein *et al* (2002) debruçam-se, respectivamente, sobre o que é uma nação e sobre o modo como, quer sociológica, quer politicamente, a noção de “sociedade” tem sido delimitada recorrendo às fronteiras administrativas dos Estados-nação modernos – dando origem a uma, e apenas uma, sociedade portuguesa, a uma sociedade espanhola, a uma sociedade francesa, entre muitas outras. Ambos os textos desconstroem criticamente os conceitos sobre os quais incidem e esta postura reflexiva crítica irá, esperançosamente, acompanhar-nos nas nossas reflexões partilhadas ao longo deste semestre.

Ainda que esta primeira parte do programa curricular esteja formalmente dividida em três temas (1. O conceito de sociedade; 2. Principais tradições de análise sociológica para o estudo das sociedades; 3. Para superar dicotomias teóricas na epistemologia e análise das sociedades: a solução de integração micro-macro de Ritzer e a sociologia processual de Abbott), será bastante mais frutuoso encarar esta primeira parte de forma pouco presa ao que é explicitado em cada um destes temas concretos. Não discutiremos tudo o que deles consta, mas procuraremos desenvolver uma abordagem geral ao problema central desta Parte I. “Teorias e epistemologia da análise das sociedades”.

O que é a contemporaneidade

Em primeiro lugar, é importante estabelecer o que entendemos por “contemporâneo”. A contemporaneidade (o contemporâneo) não é sinónimo de actualidade (o actual). Não é o aqui e agora. O contemporâneo é aquilo que tem valor heurístico (*i.e.*, o que tem um valor de descoberta que nos permite dar um sentido a algo) para compreender o presente, é o que nos elucida sobre o presente, é o que tem uma forma relacional em que nos revemos intelectual e empaticamente. De algum modo, podemos caracterizar o contemporâneo tal como Italo Calvino caracterizou os livros “clássicos”: “O nosso clássico” – tal como o contemporâneo – “é o que não

pode ser-nos indiferente e que nos serve para nos definirmos a nós mesmos em relação e se calhar até em contraste com ele” (Calvino, 1994: 11).

Neste sentido, a compreensão da contemporaneidade implica a contextualização do presente em tendências histórico-políticas amplas. O passado é, deste modo, uma parte fundamental da contemporaneidade, sendo impossível compreender o presente sem o conhecermos. Assim sendo, a sociedade portuguesa *contemporânea* não é algo que emerge num vazio histórico, não é um ponto de ruptura com passado que torna este último irrelevante. Tendo, sem dúvida, pontos particulares de ruptura com tendências e acontecimentos do passado, a contemporaneidade portuguesa resulta também dos caminhos que foram tornados possíveis ou impossíveis, prováveis ou improváveis, por factos históricos mais ou menos recuados. Desde, logo, a experiência ditatorial de meio século (entre 1933 e 1974, mas com um recuo possível até ao golpe de Estado militar de 28 de Maio de 1926) continua a influenciar de modo mais ou menos profundo diversas características de Portugal e dos/as portugueses/as nesta segunda década do século XXI, mesmo tendo passado quase outro meio século desde o seu fim.

Não sendo sinónimo de actual, o contemporâneo mantém, contudo, uma relação estreita, mas também tensa, com a actualidade. Continuando com a analogia entre o que Calvino diz dos livros clássicos, “é clássico” – neste caso, é contemporâneo – “o que tiver tendência para relegar a actualidade para a categoria de ruído de fundo, mas ao mesmo tempo não puder passar sem esse ruído de fundo” (Calvino, 1994: 12), tal como “é clássico” – contemporâneo – “o que persistir como ruído de fundo mesmo onde dominar a actualidade mais incompatível” (Calvino, 1994: 12). Significa isto que o aqui e agora que nos preocupa é, claro, importante, mas não anula as tendências e características histórico-políticas mais amplas das sociedade portuguesa. Antes, muitas vezes, a actualidade assume uma forma concreta na exacta medida em que é moldada pelo que é contemporâneo.

Para pensarmos com exemplos concretos, a pandemia de covid-19 não anula a longa história de precariedade, baixos salários, exploração patronal e desigualdades de classe social que caracterizam estruturalmente a sociedade portuguesa. Antes, os efeitos da pandemia inscrevem-se nestas características e, de algum modo, magnificam-nas, mesmo que também possam, em parte, transformá-las sem as eliminar. Do mesmo modo, a recente ascensão eleitoral de um partido de populista de extrema direita não é compreensível sem que a enquadremos na experiência ditatorial do século XX ou na história da colonização portuguesa. Ambos os fenómenos moldaram as subjectividades dos/as portugueses/as, promovendo características xenófobas e nacionalistas, uma valorização de lideranças autoritárias, uma desconfiança pelo funcionamento da representatividade política eleita, e, em geral, uma dificuldade em lidar com a atribuição de direitos a sujeitos que, segundo um ou outro critério, divergem de um imaginário branco, europeu, católico, heterossexual e assente numa certa ideia de família nuclear.

O que é uma sociedade nacional

Na modernidade, a sociedade tende a tomar como referencial implícito ou explícito o Estado-nação. Deste modo, considera-se que as fronteiras de uma sociedade correspondem às fronteiras administrativas do Estado-nação a que nos referimos no momento (Wallerstein *et al.*, 2002), supondo-se que, no interior destas fronteiras, é possível encontrar uma identidade nacional comum (apesar das diferenças de classe, género, etnia, *etc.*) e, em simultâneo, que essa identidade nacional se contrapõe a outras identidades nacionais localizadas fora destas fronteiras – todas elas delimitadas pelas fronteiras dos seus próprios Estados-nação (Anderson, 2013).

Desde o século XIX, a divisão administrativa e intelectual das ciências sociais levou a que se considerasse que o mundo real podia ser compartimentado de acordo com as fronteiras académicas. Deste modo, foi-se consolidando a ideia de que o mundo humano é composto por três esferas de regulação social distintas: o Estado, que é estudado pela ciência política; o mercado, que é estudado pela economia; e a sociedade (por vezes, “sociedade civil”), que é estudada pela sociologia. Neste registo de pensamento, a sociedade é, basicamente, tudo aquilo que não é nem Estado nem mercado. Mas mesmo quando é deste modo considerada distinta do Estado, esta sociedade não tem autonomia real fora dos limites do Estado-nação, mantendo-se as fronteiras desta sociedade idênticas às do Estado-nação (Wallerstein *et al.*, 2022) – daqui decorre que a sociedade portuguesa seja aquele agregado de instituições e indivíduos que existem, precisamente, no interior das fronteiras do Estado-nação português.

Esta forma de compreender o mundo não deve passar sem reflexão crítica. Diversos processos sociais têm uma amplitude bastante inferior à do Estado-nação (ocorrem, por exemplo, à escala de uma região, cidade ou bairro), tal como outros têm uma amplitude bastante superior à de qualquer Estado-nação (são transnacionais). Por vezes, passam as fronteiras entre Estados, afectando zonas específicas de vários Estados, mas não a totalidade de qualquer um destes Estados-nação.

Isto não significa que o Estado-nação, a nacionalidade, e, derivativamente, a concepção de uma sociedade nacional sejam ficções irrelevantes. Tudo isto tem consequências materiais, cognitivas e emocionais no quotidiano dos indivíduos. Mas não há nada de primordial ou natural nestas formas de organizar a vida social humana e será importante ter isto em mente nesta unidade curricular.

No campo da investigação histórica sobre a formação dos Estados-nação modernos, há, em linhas gerais, duas posições: o primordialismo e o voluntarismo. A posição primordialista considera que os Estados-nação têm uma existência histórica verificável, centenária ou milenar, ao longo da qual ocorreram diversos eventos factuais marcantes, que foram experienciados por

uma população que partilha certas características identitárias fundamentais (língua, cultura, etnia, *etc.*) que a distingue de outras populações. No pólo oposto encontra-se a posição voluntarista, que considera que os Estados-nação modernos são entidades historicamente recentes, que emergiram algures entre o século XVIII e o século XIX (em vários casos, bastante mais tarde) através esforços políticos activos de criação não só de instituições administrativas como de uma história e uma identidade nacionais retrospectivas.

Benedict Anderson é um autor-chave da segunda escola. Segundo Anderson (2013), os Estados-nação modernos são “comunidades imaginadas”. São “imaginadas” no sentido de que, ao contrário daquilo que ocorre numa pequena aldeia, nenhum dos seus habitantes conhece todos os outros (ou sequer a sua maioria) mas, apesar disso, todos eles sentem partilhar algo com todos os outros. Sentem, portanto, que têm uma identidade nacional em comum.

Para Anderson, os Estados-nação são, sem dúvida, um produto da modernidade, logo, são algo historicamente recente. De acordo com a posição de Anderson e de outros autores, é historicamente inverificável que as elites e as classes populares partilhassem uma qualquer identidade à escala das fronteiras de uma nação antes dos séculos XVIII/XIX. A existir algum sentimento nacionalista, este era reservado às elites, não se expandindo à esmagadora maioria da população do território nacional.

Ao longo do século XVIII e, sobretudo, XIX, na Europa e nas suas antigas colónias (*e.g.*, Estados Unidos da América), diversas elites nacionais levaram a cabo um conjunto de esforços políticos significativos para criar e naturalizar uma identidade nacional partilhada dentro das fronteiras administrativas então vigentes em vários dos actuais Estados-nação. Isto implicou não só promover sentimentos de comunalidade entre os habitantes de um Estado, como eliminar as identidades locais existentes (ou, pelo menos, reconfigurá-las para que estas fossem idiossincrasias dentro da nação mas não oposições à nação).

Uma das ferramentas fundamentais da imaginação da história e da identidade nacionais foi a criação e disseminação de mitos fundadores do Estado-nação, disseminação essa que foi grandemente facilitada pelo desenvolvimento da imprensa escrita. Portanto, ao contrário do que ocorre no caso dos primordialistas, de acordo com esta posição, os grandes eventos históricos fundadores da nação são imaginados *a posteriori* e narrativamente transpostos para o passado. Como no caso de todos os mitos, a sua existência factual histórica é, no limite, irrelevante: pode ou não ter ocorrido algo factualmente semelhante ao que é relatado desde que os membros de um Estado-nação conheçam a história e a reconheçam como a *sua* história *comum*.

Tomando o caso português como exemplo, é irrelevante que, no século XIV, uma padeira em Aljubarrota ou um nobre chamado Nuno Álvares Pereira tenha sido corajosos ou cobardes, tenham lutado ou não contra soldados do reino de Castela, que o tenham feito por sentirem que fazê-lo era seu dever para com o rei ou a nação, ou porque queriam salvar a própria vida. Tudo o que importa é a crença partilhada pelos portugueses a narrativa mitológica criada em torno

destes eventos, históricos ou ficcionais, e a inserção destes mitos na mais vasta narrativa mitológica da criação e desenvolvimento da nação Portuguesa.

Os mitos fundadores são particularmente relevantes neste processo, funcionando como o evento criador da história nacional, logo, como a validação da existência de uma identidade nacional – sempre corajosa, predestinada por deuses, *etc.* É, assim, irrelevante que Afonso Henriques tenha ou não existido, que tenha sido boa ou má pessoa, que tenha sido um herói ou um burgesso que apenas queria ter mais uns quantos servos da gleba para oprimir sem que o chateassem. Tudo o que importa é que, sobretudo graças aos esforços levados a cabo durante o Estado Novo, seja expectável que todos os portugueses saibam que o reino de Portugal foi por ele fundado em 1143 – e quem não sabe esta data não é bom português.

Os mitos apenas têm efeito se se inscrevem em algum lado visível e/ou audível. O desenvolvimento da imprensa foi crucial no processo de imaginação das nações, permitindo disseminar um imaginário, uma história, uma memória e, logo, uma identidade nacionais à totalidade da população intra-fronteiras. A partir, sobretudo, do século XIX, a imprensa escrita passou a relatar assuntos que são definidos como tendo interesse e alcance nacional, como afectando todos os cidadãos nacionais, mesmo aqueles que, até então, não tinha conhecimento nem dos assuntos relatados nem de que isso os afectava.

A imprensa escrita apenas pode ser eficaz como ferramenta de criação de uma identidade nacional se os habitantes da nação souberem ler. Isto levou, em grande medida, a um esforço de aumento a taxa de alfabetização, ainda que este tenha decorrido de forma muito heterogénea em países diferentes (em Portugal, apenas em meados do século XX é ultrapassada a barreira dos 50% de alfabetizados). A escolarização das massas populares foi aqui um processo central pois, para além de ensinar a ler (e, para as elites que as mantivessem a sua posição privilegiada, convinha que ensinasse pouco mais do que isso), possibilitou também a transmissão do imaginário partilhado da nação e a socialização como membro dessa nação – possibilita, desde logo, em Portugal, que a data 1143 seja decorada com o auxílio da mnemónica “quem não sabe essa data não é bom português”. (Apesar das elevadíssimas taxas de analfabetismo, o crescimento da taxa de alfabetização é verificável em vários países nesta altura; mesmo que seja percentualmente reduzido, o aumento de alfabetizados em números absolutos contribui para que estes possam partilhar o que leram com quem não sabe ler.)

As mitologias nacionais inscrevem-se também em imagens. Aqui, são de destacar os museus onde a história, logo, a identidade nacional está exposta, bem como os monumentos com valor nacional, quer por terem sido cenário de eventos históricos (reais ou fictícios), quer por simbolizarem tais eventos (*e.g.*, estátuas de figuras do imaginário nacional).

A par dos mitos, da imprensa, dos museus e monumentos, e da escola, dois outros instrumentos fundamentais da imaginação da identidade nacional foram (e são) o exército (mas também a polícia) e a taxação fiscal, ainda que Anderson não lhes dê particular atenção. Max

Weber definiu o Estado como “aquela comunidade humana que, dentro de um determinado território (o “território” é um elemento distintivo), reclama (com êxito) para si o *monopólio da violência física legítima*” (2005: 64). Até ao século XVIII, na Europa, a maioria dos exércitos eram compostos por soldados esporádicos: havia necessidade de soldados, contratavam-se mercenários ou arregimentavam-se camponeses (pelo medo ou pela fome). Alguns soldados profissionais existiam, mas eram uma minoria. Ora, com a formação e estabilização dos Estados-nação na Europa (sobretudo, ocidental e central), tornou-se necessária a constituição de exércitos permanentes e controlados de forma central. Já não era viável o modo de constituição militar prévio: um *primus inter pares* que arregimentava os seus servos da gleba para constituir um pequeno exército de emergência e que forçava os senhores feudais seus súbditos a fazer os mesmo nas suas terras para aumentar o pequeno exército próprio. Na Europa moderna, os exércitos permanentes profissionalizados expandem-se e passam a ser inteiramente controlados por poderes centralizados. Na caserna como na escola, o imaginário nacional é transmitido e incorporado. Este é um dos propósitos do serviço militar obrigatório: o camponês da pequena aldeia entra na caserna como camponês da pequena aldeia; mas termina o seu serviço militar como português. Para além da socialização como nacional, o exército (e a polícia) permite(m) também uma operação repressiva aberta contra identificações contra-nacionais, ou a inibição da emergência pública de tais identificações pelo receio de repressão. Como Peter Berger e Thomas Luckmann defenderam, “quem tem o maior cacete tem maior probabilidade de impor as suas definições da realidade (2004: 117).

Norbert Elias (2006) lembra-nos que, a par do monopólio da violência legítima, o Estado-nação moderno tem também o monopólio da taxação fiscal. Os impostos são uma invenção da modernidade. Na Europa pré-moderna, como noutros espaços-tempo, existiam tributos esporádicos, mas a ideia de pagar um imposto monetário regular a um poder central era impensável – desde logo, pois não existia capacidade administrativa-burocrática para garantir a sua cobrança. Uma das razões pelas quais os impostos se vulgarizaram foi já discutida: se, agora, há um exército permanente de maior dimensão, os seus custos de manutenção têm de ser pagos de algo modo. Mas o papel dos impostos na formação da identidade nacional vai para além disto. Os impostos são pagos ao poder central representante dessa identidade e são cobrados em nome do bem-estar nacional. Também eles cumprem uma função socializadora: visam que os habitantes da nação sejam convertidos em contribuintes, *i.e.*, em devedores de algo ao Estado-nação, dívida essa que, legitimamente, esse Estado cobra de forma regular – para financiar o seu funcionamento, incluindo os custos da promoção do imaginário e da identidade nacional.

Anderson deixa bem claro que ser “imaginado” é diferente de ser “inventado”. A imaginação de uma comunidade é um processo contínuo, produtivo e, em geral, assente em (algumas) bases históricas factuais, mesmo que narradas de formas específicas. Comunidades imaginadas não são, simplesmente, mentiras contadas por elites às massas populares. Mesmo

que sejam, aplica-se às comunidades imaginadas o teorema de Thomas: “se os indivíduos definem situações como reais, elas são reais nas suas consequências” (Thomas e Thomas, 1928: 572; tradução minha). As ideias têm efeitos materiais nas vidas quotidianas dos indivíduos, bem como consequências emocionais: no caso do nacionalismo, o apego à nação é *de facto* sentido por milhões de indivíduos em todo o mundo. Mas, como comunidades imaginadas, os Estados-nação modernos não são factos naturais para além da reflexão e desconstrução crítica. Isto aplica-se, sem dúvida, à sociedade portuguesa contemporânea e a qualquer ideia de identidade portuguesa. Num momento de ascensão de movimentos políticos populistas, com o seu apelo ao saudosismo de um passado predestinado de uma nação, com as exclusões violentas inerentes a este sentimentalismo, o que é “ser português/a” carece de crítica aberta e ancorada em factos históricos.

Nota sobre as posições analíticas dos autores clássicos da sociologia

Na sociologia, as principais posições analíticas no estudo das sociedades e, em geral, da interacção humana, têm a sua origem nas obras de um ou mais de quatro autores clássicos: Karl Marx (que desenvolveu o seu trabalho em estreita colaboração com Friedrich Engels), Émile Durkheim, Max Weber e Georg Simmel. Ainda que a investigação sociológica tenha avançado por caminhos muito distintos depois destes autores, a base da maioria da pesquisa contemporânea encontra-se nos seus trabalhos. Os/As estudantes desta unidade curricular abordaram já o pensamento de todos eles, excepto Simmel, na unidade curricular Sociologia Geral (41110). Recomenda-se que tenham presente o que aprenderam nesta unidade curricular ao longo deste semestre.

Bibliografia utilizada nestas orientações para o estudo

- Anderson, Benedict (2013), *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, ed. orig. 1983.
- Berger, Peter; Luckmann, Thomas (2004), *A construção social da realidade. Um livro sobre a sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro, ed. orig. 1966.
- Calvino, Italo (1994), *Porquê ler os clássicos?* Lisboa: Teorema, ed. orig. 1991.
- Elias, Norbert (2006), *O processo civilizacional. Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*. Lisboa: Dom Quixote, ed. Orig. 1939.
- Thomas, William I.; Thomas, Dorothy Swaine (1928), *The Child in America. Behavior Problems and Programs*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- Wallerstein, Immanuel *et al.* (2002), “O Estado como molde analítico”, *in idem, Para abrir as ciências sociais. Relatório da Comissão Gulbenkian sobre a Reestruturação das Ciências Sociais*. Mem Martins: Europa América, 114-120, ed. orig. 1996.

Weber, Max (2005), "A política como vocação", *in idem, Três tipos de poder e outros escritos*. Lisboa: Tribuna da história, 63-115, ed. orig. 1919.

Para realizar o estudo dos temas da Parte I do programa curricular, deverá ler os textos indicados de seguida.

Anderson, Benedict (2005), "Introdução", *in idem, Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 21-27, ed. orig. 1983.

Wallerstein, Immanuel *et al.* (2002), "O Estado como molde analítico", *in idem, Para abrir as ciências sociais. Relatório da Comissão Gulbenkian sobre a Reestruturação das Ciências Sociais*. Mem Martins: Europa América, 114-120, ed. orig. 1996.

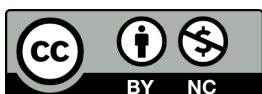
Tenha em mente que os materiais de apoio ao estudo disponibilizados não substituem a leitura dos textos acima indicados.

Conceitos e temas centrais a reter durante o estudo:

- Comunidade imaginada
- Contemporaneidade
- Estado-nação
- Modernidade
- Nacionalidade
- Nacionalismo
- Portuguesa
- Sociedade

Como actividade formativa opcional (não avaliada), procure resumir as principais ideias do texto indicado como bibliografia obrigatória. Partilhe as suas dúvidas e comentários interpretativos (ancorados na bibliografia e não, meramente, comentários de senso comum) no fórum da UC para serem discutidos com a equipa docente e os/as colegas.

Este texto foi preparado por João Aldeia para o ano lectivo 2023/2024 da unidade curricular Sociedade Portuguesa Contemporânea 41056.



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>